JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES NA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA E O DEBATE SOBRE A FORMAÇÃO DA NACIONALIDADE

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES AT THE BRAZILIAN WAR COLLEGE AND THE DEBATE ON THE FORMATION OF NATIONALITY

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES EN LA ESCUELA SUPERIOR DE GUERRA DE BRASIL Y EL DEBATE SOBRE LA FORMACIÓN DE LA NACIONALIDAD

Eduardo Rizzatti Salomão*

RESUMO

José Honório Rodrigues (JHR) foi um intelectual brasileiro associado ao aprimoramento da ciência arquivística e histórica, notabilizando-se, entre outras realizações, por dezenas de livros publicados e pela direção do Arquivo Nacional (1958-1964). Menos conhecido é o seu contato com a Escola Superior de Guerra (ESG), por ele frequentada de 1955 a 1964. Na ESG, formou-se pelo Curso Superior de Guerra (CSG) para retornar como conferencista. Nas últimas décadas, historiadores tem dado maior atenção ao legado intelectual de JHR, abordando, inclusive, a passagem pelo Instituto. Faltou, entretanto, um trabalho destinado a examinar o conteúdo das palestras por ele ministradas, no interesse de aprofundar a compreensão dessa fase da sua produção intelectual e do relacionamento com o universo esguiano. Com essa questão em foco, este artigo aprecia a relação de JHR com a ESG, inquirindo documentos, livros e trabalhos acadêmicos. Esse esforço resultou na localização de impresso com palestra proferida por JHR nas dependências da ESG em 1964, material relevante na compreensão da sua trajetória, onde se ressalta seu caráter de intelectual engajado na defesa da necessidade de se superar o atraso social do país em favor da sua real integração.

Palavras-chave: José Honório Rodrigues; Escola Superior de Guerra; História do Brasil.

ABSTRACT

José Honório Rodrigues (JHR) was a Brazilian intellectual associated with the improvement of archival and historical sciences, known for, among other things, dozens of published books and his directorship of the National Archives (1958-1964). Less known is his contact with the Brazilian War College (ESG), which he attended

* Historiador, integra o magistério do Quadro Complementar de Oficiais (QCO) do Exército Brasileiro. É doutor em História Social pela Universidade de Brasília (UnB). Na atualidade, integra o Corpo Docente do Instituto Militar de Engenharia (IME). Contato: salomao.edu@gmail.com

from 1955 to 1964. At the ESG, he completed the Superior War Course (CSG), only to return as a lecturer. In recent decades, historians have paid more attention to JHR's intellectual legacy, including his time at the Institute. However, there has been work that examines the content of his lectures in order to deepen our understanding of this understanding of this phase of his intellectual production and its relationship to the to the ESG universe. With this in mind, this article examines JHR's relationship with the ESG through documents, books, and academic papers. This effort led to the discovery of a printout of a lecture given by JHR in the premises of the ESG in 1964, which is relevant material for understanding his career, highlighting his character as an intellectual committed to defending the need to overcome the country's social backwardness in favor of true integration.

Keywords: José Honório Rodrigues; Brazilian War College; Brazilian History.

RESUMEN

José Honório Rodrigues (JHR) fue un intelectual brasileño vinculado al perfeccionamiento de la ciencia archivística e histórica, que destaca, entre otros logros, por las decenas de libros publicados y por su dirección del Archivo Nacional (1958-1964). Menos conocido es su contacto con la Escuela Superior de Guerra del Brasil (ESG), a la que asistió de 1955 a 1964. En la ESG, se graduó en el Curso Superior de Guerra (CSG) para regresar como profesor. En las últimas décadas, los historiadores han prestado más atención al legado intelectual de JHR, incluida su estancia en el Instituto. Sin embargo, faltan trabajos que examinen el contenido de las conferencias que impartió, en aras de profundizar en el conocimiento de esta fase de su producción intelectual y de su relación con la ESG. Con esta cuestión en mente, este artículo analiza la relación de JHR con la ESG, investigando documentos, libros y trabajos académicos. Este esfuerzo resultó en la localización de una copia impresa de una conferencia pronunciada por JHR en los locales de la ESG en 1964, material relevante para la comprensión de su trayectoria, que destaca su carácter de intelectual comprometido con la defensa de la necesidad de superar el atraso social del país en favor de una integración real.

Palabras clave: José Honório Rodrigues; Escuela Superior de Guerra del Brasil; Historia de Brasil.

1 INTRODUÇÃO

Nome lembrado no rol dos intelectuais brasileiros, José Honório Rodrigues (JHR) é associado, especialmente, à defesa da profissionalização dos ofícios de arquivista e historiador. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, nunca cursou

mestrado ou doutorado, e nem fez carreira universitária, mas foi reconhecido como professor e nome de relevo na história da historiografia, tendo colaborado com muitas instituições de ensino e pesquisa. Numa época em que as fronteiras entre as ciências humanas e sociais eram mais permeáveis, reconheceu os danos do amadorismo de quem se aventurava a escrever sobre a História sem se dedicar a pesquisa balizada por teoria e método. A sua produção abrangeu temas específicos e ensaios, somando cerca de 30 livros, além de inúmeros artigos e textos de opinião. Não tendo caído nas graças da academia à sua época, foi durante anos menos lembrado que muitos intelectuais contemporâneos, a exemplo de Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Gilberto Freyre, San Tiago Dantas, por exemplo, e com eles manteve contato, por vezes conflituoso. Hoje o nome de JHR desperta interesse de muitos pesquisadores, sendo objeto de estudos que se dedicaram a compreender o seu legado. No âmbito da Arquivologia, entretanto, há tempo que é celebrado pelo esforço em dinamizar a ciência arquivística no Brasil, particularmente lembrado pelos seus serviços quando esteve à frente do Arquivo Nacional.

Do conjunto da obra de JHR, destacam-se, no interesse deste artigo, o estudo da história brasileira de proveito para questões pertinentes ao tempo presente e de interesse da política, expressando concepções e preocupações em conferências realizadas na Escola Superior de Guerra (ESG). E foi justamente no seu contato com a ESG, entre os anos 1955-1964, que emergiram ideias que ele expressou em palestras e abordou em livros seminais, como o próprio JHR reconheceu (Rodrigues, 1985; 1986). Observando esse período, este artigo se dedica especificamente a apreciar a relação de JHR com a ESG, tendo por problema inquirir o seu relacionamento com o Instituto e o que disso poderia ser extraído a respeito da sua produção. Com esse propósito, procedeu-se ao caminho descritivo balizado pelo exame qualitativo bibliográfico-documental, selecionando-se documentos da ESG, obras de JHR e trabalhos acadêmicos, onde se destacaram, no exame do estado da arte do percurso honoriano, as produções de Iglésias (1988), Alves Júnior (2010), Freixo (2011; 2012; 2018) e Albertti (2021). Quando da consulta ao acervo da ESG, localizou-se o conteúdo da palestra proferida por JHR em 1964, cujo título adotado no impresso corresponde ao nome do ciclo de conferências intitulado “Elementos básicos da nacionalidade – o Homem” (Rodrigues, 1964). O impresso com o texto de JHR foi localizado graças a assistência da arquivista Raquel Fernandes, a quem o autor deste artigo agradece. Demonstrando o interesse em atrair nomes de relevo para debater o tema, deste mesmo ciclo participou, em 1967, Sérgio Buarque de Holanda, tema abordado na tese de Mendonça (2018).

Tendo por estímulo contribuir com os estudos sobre a trajetória de um historiador pioneiro, na primeira parte é abordado um breve resumo biográfico de JHR, no interesse de situar o leitor quanto a sua vida e obra. A seguir, passa-se

a tratar da relação de JHR com a ESG, com ênfase nos anos 1955-1964, período em que participou de curso e recebeu convites para atuar como conferencista. No tópico final é abordado especificamente o conteúdo da palestra proferida na conferência de 1964, momento que marca a mudança de relacionamento com a ESG.

2 O HISTORIADOR COMBATENTE[1]

JHR nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 20 de setembro de 1913, bacharelando-se em 1937 pelo curso de Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro da então Universidade do Brasil (Iglésias, 1988). Aos 24 anos de idade, em parceria com Joaquim Ribeiro, concluiu a obra *Civilização holandesa no Brasil*, publicada em 1940, pela qual ganhou o 1.º Prêmio de Erudição da Academia Brasileira de Letras. Dos extratos sobre a sua biografia, depreende-se que a advocacia nunca foi assunto do seu interesse. O próprio JHR realça que era atraído pelo estudo de História desde o curso secundário, sendo levado ao direito diante da então inexistência de curso superior na área (Alberti, 202; Alves Júnior, 2010; Freixo, 2011, 2012 e 2018). Em 1941, casou-se com Lêda Boechat, colega bacharel em direito que conheceu durante a faculdade. Colaboradora de todas as horas nos projetos de JHR, Lêda B. Rodrigues fez carreira como servidora do Supremo Tribunal Federal (STF), ficando conhecida por escrever obra sobre a história da Suprema Corte (Alberti, 2021).

De 1939 a 1944, JHR trabalhou no Instituto Nacional do Livro (INL), onde foi chefiado pelo colega historiador Sérgio Buarque de Holanda. Ao tempo que trabalhava no INL, foi contemplado com uma bolsa de pesquisa da Fundação Rockefeller, passando cerca de um ano nos Estados Unidos da América (entre 1943-1944). Nessa época, frequentou o curso de História da Universidade de Colúmbia (Freixo, 2018). Essa experiência facultou o contato com os acervos dos arquivos estadunidenses e seus encarregados, momento decisivo da sua formação porque o despertou para a importância dos estudos de metodologia arquivística, assunto, como observou Iglésias (1988), praticamente ignorado no Brasil daqueles anos.

No retorno dos EUA, passou a trabalhar na Biblioteca do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), período em que se notabilizou por dar início a publicação de artigos sobre a economia açucareira. De 1946 a 1958, ocupou o cargo de diretor da Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional. Sua paixão pelo Brasil, já evidente, foi premiada pela proximidade com rica bibliografia brasiliana. Remonta a esse período a publicação de *Teoria da história do Brasil*

1 A expressão "historiador combatente" faz alusão ao título da obra História combatente (1983). Nela JNR retoma, entre ensaios, a defesa da visão de historiador dinâmico e empenhado, entre outras tarefas, nas batalhas em nome da valorização da ciência histórica e da arquivística.

(1949), livro que marcou o início da sua abordagem da História enquanto ciência, tratando de questões próprias do ofício de historiador. Nessa época, preocupado com a necessidade de qualificar historiadores, sugeriu a criação do Instituto de Pesquisa Histórica. Não é difícil conjecturar que dessa fase da sua vida profissional alimentou-se sua erudição de forma particularmente notável, visto que deu início a expressiva produção intelectual. E "Se estudou bastante aí [na Biblioteca Nacional], também trabalhou igualmente, dinamizando a divisão incumbida de duas coleções das mais importantes do órgão – a *Documentos Históricos e Anais da Biblioteca Nacional*, editando, em uma, quarenta volumes e, em outra, nove" (Iglésias, 1988, p. 57).

JHR foi também professor, contratado ou como colaborador. Nota-se que nunca cursou mestrado e doutorado nas áreas as quais se dedicou, o que não impediu que fosse reconhecido pela sua erudição e qualificação. No ofício docente, lecionou História do Brasil, com ênfase em diplomacia, no Instituto Rio Branco (1946 a 1956), sendo essa uma de suas atuações mais regulares (Freixo, 2018). Atuou ainda na Faculdade de Ciências Econômicas do Estado da Guanabara, na Universidade Federal Fluminense, na Universidade Federal do Rio de Janeiro e na Universidade de Brasília (não chegando a morar na nova capital), sem, entretanto, manter vínculo empregatício com essas instituições. No Ministério das Relações Exteriores, registra-se a sua passagem pela seção de pesquisas entre os anos 1949-1950. Em 1950, viajou à Inglaterra com bolsa do Conselho Britânico, onde conheceu o historiador Arnold Toynbee (Iglésias, 1988). Com apoio do Itamaraty e do IAA, estendeu suas viagens de pesquisas a Portugal, Espanha, França, Itália e Países Baixos. Dessa experiência, travou contato pessoal com funcionários e intelectuais atuantes em instituições ligadas à pesquisa histórica e arquivos, ampliando seus conhecimentos. Nessas oportunidades, estabeleceu relacionamentos importantes para projetos futuros. Produto dessa viagem, publicou *As fontes da história do Brasil na Europa* (Rodrigues, 1950), valiosa fonte de informação em tempos que poucos pesquisadores dispunham dos meios de se informar sobre acervos estrangeiros.

Em 1955, JHR frequentou o Curso Superior de Guerra (CSG), dando início ao seu relacionamento com a ESG. De 1958 a 1964, ocupou o cargo de diretor do Arquivo Nacional (AN), correspondendo a um dos momentos mais marcantes da sua trajetória. No AN, colocou em prática os conhecimentos auferidos em suas viagens aos EUA e a Europa. Notabilizou-se pelo empenho em dinamizar o órgão, buscando sensibilizar o Ministério da Justiça – escalão ao qual o AN se subordina até hoje – para obtenção de recursos humanos, técnicos e numerário. Com o propósito de qualificar pessoal, deu andamento a convênios com embaixadas, com destaque para a dos EUA, conseguindo trazer ao Brasil o arquivista e historiador Theodore R. Schellenberg – já então um nome de referência. Estudando a situação do AN, Schellenberg e JHR passaram a aplicar

medidas para aperfeiçoar o órgão, em particular no tocante a qualificação de pessoal. Nesse esforço, organizaram-se cursos aos servidores, ministrados por visitantes estrangeiros, dando origem a materiais editados para nortear as atividades do arquivo. Esse período foi notável, traduzindo-se, de acordo com Francisco Iglésias, em ganhos imensos para a administração pública no que concerne a organização de um dos acervos mais valiosos do país, promovendo mudanças com reflexos futuros, posto que "Os cursos mencionados foram a origem do ensino sistemático de arquivística no Brasil" (Iglésias, 1988, p. 59).

Muito atuante, JHR integrou organismos internacionais e institutos. A contar de 1951, participou do Programa de História da América, do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (Iglésias, 1988), participando de reuniões e conferências, notadamente no México, Havana, Nova York e Washington, período em que se registram sua colaboração com publicações e produção de livros para as coleções do Instituto. Era membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, desde 1948. Foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1969, ocupando a cadeira 35.[2] Também atuou como colaborador de revistas, como a *Historical Abstracts*, Revista de História da América, Revista Brasileira de Estudos Internacionais e outras publicações. Nos anos de 1963, 1964 e 1966, foi professor-visitante na Universidade do Texas, e, em 1970, em Colúmbia. Dessa experiência, foi convidado a permanecer nos EUA, declinando dessas ofertas (Iglésias, 1988).

Como ele mesmo reconheceu, era de formação intelectual anglo-americana. Identificava-se com o liberalismo e se autodenominava um liberal radical. Admirava a ruptura dos EUA com o colonialismo, observando que no Brasil nunca houve uma revolução que modificasse a estrutura da sociedade e ofertasse ao povo algumas melhorias. "Na América Latina e no Brasil, um governo semicolonial, pobre, pouco dava, e era dominado pela oligarquia rural" (Rodrigues, 1963, p. 18). E em outro, passagem esclarecedora sobre a sua compreensão dos motivos do atraso do Brasil: "Tenho sempre sustentado que o Brasil nunca teve uma revolução vitoriosa, como todos os grandes países, mas, sim, contrarrevolução" (Rodrigues, 1986, p. 145).

Dispensado da chefia do AN no conturbado ano de 1964, passou a disponibilidade do serviço público. Nos anos seguintes, não deu mostras de desacelerar sua atividade intelectual. JHR foi um escritor marcado pela erudição, não deixando de expressar discordâncias quanto aos rumos do país, fazendo a ressalta de não ser ligado a nenhuma corrente partidária: "Não tenho atividade política. Minha atuação se expressou nos artigos, livros e na Universidade"

2 "Terceiro ocupante da Cadeira 35, eleito em 4 de setembro de 1969, na sucessão de Rodrigo Octavio Filho e recebido pelo Acadêmico Barbosa Lima Sobrinho em 5 de dezembro de 1969", conforme https://www.academia.org.br/academicos/jose-honorio-rodrigues/biografia. Acesso em: 06 maio 2024

(Rodrigues, 1986, p. 142). Dedicou-se ao estudo de temas históricos, desde a história do Brasil Colônia a assuntos atuais, passando pela diplomacia, política, arquivística e tantos outros temas e questões de interesse ao tempo presente. E como ensaísta, não perdeu de vista pensar nos problemas brasileiros. Entre obras da sua lavra, afora as já citadas anteriormente, temos *A pesquisa histórica no Brasil* (1952), *Brasil e África, outro horizonte* (1961), *Conciliação e reforma no Brasil* (1965), *Vida e história* (1966), *Formação do Brasil Contemporâneo* (1969), *O Brasil e a crise mundial* (1973), *O parlamento e a evolução nacional* (1972), *Independência: revolução e contrarrevolução* (1976), *História da história do Brasil, a historiografia colonial* (1979), *História viva* (1985), *Tempo e sociedade* (1986), entre tantas outras. Torcedor passional do Flamengo (Iglésias, 1988), foi um apaixonado pela cidade do Rio de Janeiro, onde construiu vida pessoal e carreira. Contabilizando 73 anos de idade, faleceu na sua estimada cidade em 6 de abril de 1987.

3 NA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, UMA "BOFETADA DE BRASILIDADE"

Em dado momento da sua trajetória, JHR assumiu como preocupação pensar os problemas passados que levaram ao atraso social e político do Brasil no tempo presente. Essa transição teria ocorrido na ESG. Alberti (2021, p. 45) considera que "na Escola Superior de Guerra foi onde ele passou a desenvolver uma história combatente, interpretativa", e, desse impulso, temos a gênese dos ensaios históricos de JHR, onde se depara com verdadeiro esforço para identificar a configuração da sociedade brasileira. Dando ênfase a essa transformação, Alves Jr. recupera expressões do próprio JHR sobre o seu percurso.

> Essa produção sofre uma mudança a partir de sua passagem pela Escola Superior de Guerra, pois segundo sua afirmação, após a 'bofetada de brasilidade', que sofreu nas fileiras dessa instituição, dessa forma, ocorre uma inflexão em sua produção intelectual e esta passa a voltar-se para realização de uma interpretação da sociedade brasileira (Alves Júnior, 2010, p. 24).

O contato com a ESG teve início em 1955, quando frequentou o Curso Superior de Guerra (CSG). Contava 41 anos de idade. Concluído o CSG, passou a integrar o rol de formandos da Turma "José Bonifácio de Andrade e Silva", como registra o Almanaque dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (Almeida *et. al.*, 1999, p. 17). Nessa época, JHR atuava no Instituto Rio Branco, contratado para ministrar aulas de História do Brasil. A ESG chegava ao sexto ano da sua fundação. Era uma instituição nova e que desde sua criação passou a contar com expressivo prestígio graças ao apoio do alto estamento militar, passando a

reunir estagiários (designação dada aos alunos dos cursos) e conferencistas de variado espectro de formação e pensamento (Ferraz, 1997).

Note-se que, na organização adotada no funcionamento do CSG, o frequentador era chamado a contribuir com seus conhecimentos não somente na realização dos trabalhos, como esclarece, em entrevista, o primeiro diretor Oswaldo Cordeiro de Farias (Camargo; Góes, 2001). O termo "estagiário" foi adotado justamente com esse foco, visando afastar a ideia de que os frequentadores do CSG eram meros alunos, estando entre as suas responsabilidades contribuir ativamente com o curso em suas respectivas áreas. Quando JHR se matriculou na "Sorbonne"[3] seguia época agitada, sugerindo tempos de preocupação com o futuro do país. Getúlio Vargas havia se suicidado. No decorrer do governo Café Filho, estava em discussão quem ganharia as próximas eleições. Nas eleições de outubro, sagrou-se vitorioso Juscelino Kubitschek de Oliveira, candidato do PSD (Partido Social Democrático), assumindo o cargo graças à intervenção do marechal Teixeira Lott, ministro da guerra. JHR viveu a agitação dos anos 1950-60, onde o debate sobre o presente e o futuro desejado para o Brasil se fazia presente, colocando em campos opostos correntes políticas que defendiam vias distintas de desenvolvimento.

Quanto a turma de 1955 do CSG, essa pode ser considerada eclética, com a ressalva de que a seleção recaia sobre os estamentos sociais tidos como superiores, o que não significava, necessariamente, afinidade de pensamento. Eram membros da "elite", não no sentido restrito de elite econômica ou política. Eram, em geral, integrantes da alta classe média, em posição de alto escalão no serviço público (políticos, diplomatas, oficiais generais) ou com profissão e carreira consolidada que as recomendassem para o CSG. No processo de seleção, observando o Regulamento da ESG (Brasil, 1954), não havia nada explicitando alguma exigência estrita quanto a afeições intelectuais ou políticas, mas é conhecido, com base em obras sobre a ESG (Arruda, 1983; Ferraz, 1997), que o candidato civil, sempre indicado, era avaliado quanto a sua experiência e posição profissional, entre outros aspectos, podendo ter o nome vetado por razões não confessas, sendo que a palavra final quanto à matrícula cabia ao chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA).

Na ESG, JHR teve contato com professores, engenheiros, militares, médicos, advogados, servidores públicos, empresários, políticos (deputados e senadores), entre outras pessoas de variada formação. No Almanaque dos Diplomados da ESG são listados 104 concludentes do CSG e do Curso de Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (CEMCFA), todos homens (Almeida *et al.*, 1999). Nessa época, mulheres não eram matriculadas nos cursos da ESG. A

3 O epiteto de "Sorbonne" foi atribuído à ESG como em tom de galhofa, sendo adotado não somente entre os críticos mais severos da Instituição, mas igualmente entre aqueles que percebiam em alguns esguiados uma tendência ao excesso de atribuir à Escola um papel demasiadamente superestimado.

admissão feminina no Corpo de Estagiários passou a ocorrer a partir de 1973, quando cursaram o CSG as professoras Alda Cardozo Kremer e Mavy D'Ache Assumpção Harmon (Almeida *et. al.*, 1999). O quantitativo de estagiários da turma de JHR do CSG totalizou 74 formando, de acordo com o Almanaque, sendo bastante expressivo, mas não é certo que corresponda, necessariamente, ao total de frequentadores, considerando que o artigo 22 do Regulamento de 1954 previa a concessão do título *Honoris causa*.

A fotografia da Turma de 1955 (Figura 1) apresenta 79 pessoas, sendo 11 integrantes do Corpo Permanente e registra 68 formandos do CSG. Não há informação no Almanaque sobre quais, dentre os listados, receberam o título *Honoris causa*. Pode-se cogitar a respeito de ausência no dia da fotografia por compromissos vários. Esse dado, entretanto, não altera a compreensão de que esse registro da turma oferece um panorama geral da característica mais marcante do Instituto: promover o relacionamento entre civis e militares de forma inédita para a época (Stepan, 1975). A constituição da Associação dos Diplomados da ESG (a ADESG), sociedade de direito privado, evidencia a importância e o alcance dessa medida. Desde os primeiros anos da ESG, houve empenho em reunir os concludentes dos cursos na ADESG, estimulando-se a criação de seções regionais. Assim, buscava-se preservar relacionamentos entre civis e militares em favor da difusão das concepções esguianas, em particular as relacionadas a Doutrina de Segurança Nacional. No Regulamento de 1954, referente ao período em que JHR frequentou a ESG, a Segurança Nacional era mencionada como preocupação central. Contando com o importante braço da ADESG, concepções adotadas na ESG eram difundidas nos estados brasileiros em eventos e publicações organizados pela Associação (Stepan, 1975).

Reunir oficiais superiores oriundos das três Forças em um curso não era pouca coisa nos anos 1950, mesmo em face da experiência colhida na Segunda Guerra Mundial. Fazer isso ocorrer junto a civis oriundos de diversas áreas, e, especialmente, do parlamento, era notável, ainda mais quando se avalia a necessidade de trabalho em conjunto de pessoas pertencentes a distintas culturas organizacionais. Outro dado interessante, e que segue o acordo firmado quando da criação da ESG, é a presença de oficiais militares dos EUA no Corpo Permanente na função de consultores. Na Turma de 1955, temos retratado, conforme Figura 1, o capitão de mar e guerra Edward E. Colostock e o coronel George H. Chapman. Não há espaço neste artigo para adentrarmos aos aspectos administrativos, ideológicos e políticos dessa medida adotada em tempos de Guerra Fria, mas, em síntese, nela temos uma das inúmeras evidências do valor dado a manutenção de laços formais de relacionamento e de proximidade com integrantes das forças militares da maior potência do hemisfério ocidental.

Figura 1 – Turma "José Bonifácio de Andrade e Silva"

Fonte: Biblioteca General Cordeiro de Farias (1955). Foto digitalizada em: abr. 2024.

Legenda: Fotografia de turma do Curso Superior de Guerra (CSG), com adaptações: no canto superior direito, em destaque, José Honório Rodrigues.

As informações acima são relevantes para se compreender o ambiente e o contexto no qual JHR se inseria em 1955. Para uma apreciação mais completa, é oportuno adentar ao propósito que norteou a criação da ESG. A experiência da campanha na Itália, no curso da Segunda Guerra Mundial, e os desdobramentos vivenciando no início da Guerra Fria, alertando para mudanças doutrinárias no contexto da aplicação dos novos meios e modos de se fazer a guerra, alimentavam o propósito de criar, no Brasil, uma instituição pensada, inicialmente, para dar forma a um curso de alto-comando para oficiais generais e superiores do Exército, sendo também cogitado, como ideal, reunir integrantes das três Forças Armadas (Arruda, 1983). Esse propósito, porém, mudou rapidamente. Em viagem aos EUA, em 1948, o general Salvador César Obino, chefe do EMFA, visitou o *National War College* e o *Industrial College of Armed Forces*, passando a tratar dos arranjos para a instalação de uma instituição similar no Brasil (Arruda, 1983).

Criada oficialmente em 1949, no governo de Eurico Gaspar Dutra, a ESG foi, efetivamente, resultado da aproximação dos militares brasileiros com seus congêneres estadunidenses. Mas, desde sua criação, seguiu caminho peculiar. No documento intitulado "Princípios Fundamentais da Escola Superior de Guerra" (Sardenberg, 1983), consta o propósito de instalar um Instituto de Altos Estudos, reunindo civis e militares no propósito de se dedicar ao debate e estudo de

fatores econômicos, políticos, sociais, diplomáticos, militares e outros ligados aos problemas brasileiros que impediam a conversão do Brasil em uma potência. A tarefa desse centro de estudos não olvidava compreender o fenômeno da guerra e tinha como objeto de maior interesse a Segurança Nacional. Com esse foco, era observada a necessidade de mobilização geral da nação em caso de guerra, assumindo-se como questão gravíssima as fragilidades e carências nacionais em diversas áreas. O CSG se inseria no ambiente de um centro de pesquisas passível de propor soluções ou ao menos apontar as razões dos problemas que retardavam o desenvolvimento brasileiro (Arruda, 1983; Stepan, 1975). Com a sua consolidação, a ESG propiciou a formação de quadros aproveitados no aparelho estatal, dela emanando algumas lideranças orgânicas com interesse em se imiscuir na política e mesmo interferir nos rumos nacionais (Lima Filho, 2011). Mas é preciso esclarecer que a ESG nunca se converteu em um órgão de direção ou, em sentido estrito, de planejamento, sendo uma instituição de ensino superior diferenciada, capaz naquela época, pela sua natureza, e conforme as capacidades de seu Corpo Permanente e estagiários, de estimular trabalhos sobre assuntos nacionais ou de interesse nacional, alguns marcados pelo ineditismo. Em seus melhores momentos, reunindo a colaboração pontual de notáveis intelectuais, a ESG pode ser vista como uma *think tank*. Essa foi a instituição que atraiu e recepcionou JHR.

Nos anos que frequentou a ESG, JHR presenciou decepções e entusiasmos com a construção de Brasília e os feitos de JK, para, logo a seguir o país enfrentar inflação e, no governo Jânio Quadros, eleito para "varrer" a corrupção, aguda crise política. Jânio Quadros renunciou à presidência por motivos ditos inconfessáveis, alegando ser vítima de forças ocultas. Ao sair de cena o candidato da União Democrática Nacional (UDN), agremiação política de preferência de muitos militares conservadores ou mesmo reacionários, a previsão de posse do vice João Goulart[4], do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), abriu a crise. A aceitação de Jango ocorreu graças ao acordo político que instalou o parlamentarismo. Restabelecido o presidencialismo, Jango terminou removido do poder, em movimento que contou com o apoio de muitos esguianos, entre eles Cordeiro de Farias e Juarez Távora. O desfecho do movimento de 1964 levou ao poder o general Castello Branco, igualmente um esguiano, dando início aos 21 anos

4 À época, a eleição para presidente e vice envolvia votar em candidatos para cada um desses cargos. Dessa forma, a direita udenista viu eleito para vice o candidato petebista Jango da chapa do marechal Lott. Jango havia sido vice de JK e ministro do trabalho de Getúlio Vargas, com trânsito nos setores da luta operária e da esquerda política. Quando da renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961, Jango se encontrava em viagem na China, seguindo o programa da política externa independente do governo. Seu retorno ao Brasil, para ocupar a presidência, exigiu acertos e negociações que levaram o país ao período do parlamentarismo, encerrado em janeiro de 1963 (ao todo, foram 1 ano e 4 meses) por consulta da população via plebiscito.

do regime dos generais-presidentes, sendo sufocadas as aspirações dos setores nacional-desenvolvimentistas à esquerda do espectro político. Nos anos 1960, JHR expressou um posicionamento crítico quanto aos rumos políticos da nação. Sobre a ESG, nunca deixou de reconhecer que colheu bons frutos.

E sobre a experiência de JHR na ESG, Francisco Iglésias enfatiza que "Em 1955 fez curso na Escola Superior de Guerra – para ele muito importante – onde pronunciou conferências, algumas a origem de *Aspirações nacionais*. Nessa época passou a ter mais interesse pelo presente do que pelo período colonial" (1988, p. 58). Essa influência, citada por vários intérpretes, foi objeto de reconhecimento de JHR. "Para mim, pessoalmente, e acredito que para outras pessoas civis ou militares, o curso teve uma influência duradoura" (Rodrigues, 1985, p. 130), enfatizando a abordagem sobre a conjuntura nacional como a grande contribuição da ESG para atualizar a todos sobre os problemas brasileiros. Em entrevista concedida a Carlos Guilherme Mota, publicada na revista *IstoÉ*, de 12 de abril de 1978, e transcrita no livro *Tempo e sociedade* (Rodrigues, 1986), muitos aspectos dessa relação com a ESG foram aprofundados.

> *Aspirações Nacionais* é, de fato, fruto de conferências na Escola Superior de Guerra, entre 1956 e 1964. *Conciliação e Reforma* é uma reflexão consequente do primeiro. Eu me formei pela ESG em 1955, quando o Departamento de Estudos era dirigido pelos então coronéis Jurandir Bizarria Mamede e Golbery do Couto e Silva. Fiquei surpreso com o conhecimento dos dois. Falavam como professores universitários e citavam livros, artigos de revistas especializadas anglo-americanas e francesas, que muitos professores não costumam conhecer. Notei em ambos uma concepção de classe média, tendendo para a direita. Quem pela primeira vez me falou em David Riesman (*The Lonely Crowd*, 1ª Ed. 1950) foi o então coronel Mamede. Compre o livro, li-o e verifiquei que numerosos intelectuais desconheciam sua obra. Santiago Dantas não a conhecia, ficou muito interessado e surpreendeu-se [...] (Rodrigues, 1986, 143-144).

No prefácio de *Aspirações Nacionais*, JHR informa que o livro apresenta o conteúdo de dois ensaios. O primeiro foi ministrado em conferência apresentada no ano de 1957, em Lisboa, no III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, onde debateu o tema do caráter nacional, abordando estudos de antropologia e história para condenar interpretações que nomeou de "imobilistas" e "europocentristas" (Rodrigues, 1963, p. 13-15). O segundo, escrito em 1960, tratava justamente das aspirações nacionais, as lutas e os partidos políticos, tendo as relações de poder como um dos seus objetos centrais. O tema da guerra total, o contexto pós-Segunda Guerra Mundial e o aspecto psicológico

do cenário dos conflitos modernos foram mencionados, recordando assunto abordado em textos doutrinários da ESG, mas JHR não menciona diretamente referências extraídas do Instituto. O que fica evidente, nas palavras do próprio JHR, é o ambiente estimulante que encontrou, focado no presente e com olhar para um desejável futuro de prosperidade nacional, propiciando a troca de ideias e de conhecimento com diversas personalidades de renome na universidade e na diplomacia, a exemplo do chanceler Santiago Dantas.

No sentido reverso, a ESG teria sido influenciada por JHR? Na entrevista publicada em *IstoÉ*, em momento em que lhe é perguntado se alguma de suas ideias passou a integrar a doutrina da ESG, respondeu que não teve nenhuma influência, "Pelo contrário, ela é que teve em mim. Andada por essa época seguindo um rumo erudito, e a Escola foi uma grande abertura, que me sacudiu, revelando a realidade brasileira contemporânea" (Rodrigues, 1986, p. 144). E dessa relação, o tempo presente passou a ocupar os pensamentos de JHR, como concluíram Iglésias (1988), Albertti (2021) e tantos outros pesquisadores do percurso honoriano. E isso se deu em época estimulante, como esclareceu: "A ESG, quando a cursei, ouvia opiniões de todas as correntes, inclusive muita gente com conhecida vinculação esquerdista" (Rodrigues, 1986, p. 144). E buscando informações sobre esse momento, com interesse em conferências proferias por JHR em "estado puro", ou seja, conforme proferidos no Instituto, localizou-se o conteúdo integral da palestra de 1964, assunto esmiuçado no tópico seguinte.

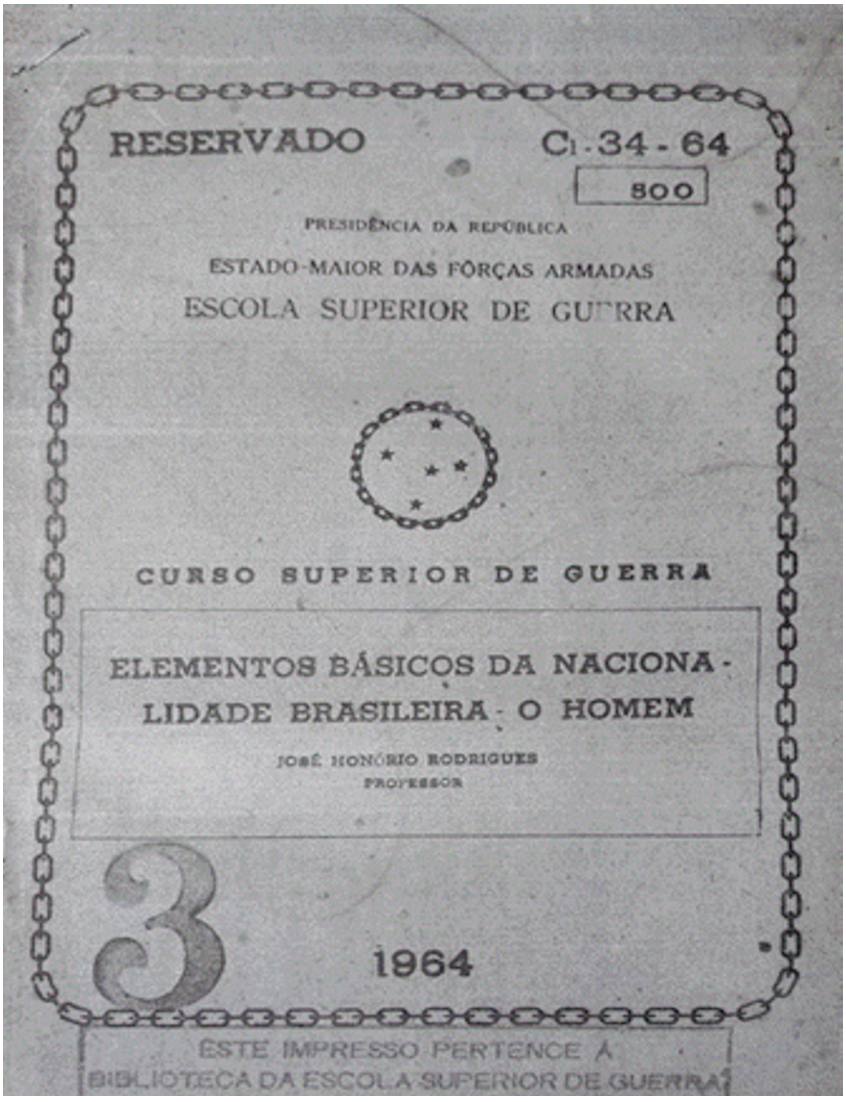
4 A FORMAÇÃO DA NACIONALIDADE OU A HISTÓRIA "CRUENTA" DO BRASIL

De estagiário da turma de 1955 a professor convidado a proferir conferências (1956-1964), JHR experimentou um período do qual se originaram obras que reconheceu inspiradas da sua relação com o ambiente da ESG (Rodrigues, 1985,1986). A História passou a ser pensada para interpretar o Brasil, questionando o caminho "cruento" que gestou a nacionalidade. Era um passado marcado de inconciliação e vendetas, entremeado pela conciliação política entre integrantes das elites – esse último o período de maiores e belas realizações, mas que deixava desejar no atendimento a massa da população. Em suas obras, JHR denunciou a falácia de uma história "incruenta", fazendo usos de expressões que caracterizaram sua obra, ao se referir a um povo "sangrado", "capado" e "recapado". Na ESG, JHR encontrava também um ambiente para difundir suas interpretações do Brasil para um público onde se assentavam integrantes de estamentos sociais elevados, sendo instigante pensar sobre como suas reflexões foram recepcionadas.

Empreendendo pesquisa para melhor conhecer esse momento da trajetória de JHR, obteve-se o texto "Elementos básicos da nacionalidade brasileira: o homem", de 1964, publicado pelo Instituto para consumo interno. O tema da conferência corresponde ao mesmo título de publicação com palestra proferida por

Sérgio Buarque de Holanda em 1967, sobre a qual obtivemos o primeiro contato com o trabalho de Mendonça (2018), sendo esclarecido compreender tema do programa de estudos do CSG dos quais participaram outros conferencistas.

Figura 2 – Conferência



Fonte: Biblioteca Cordeiro de Farias (1964). Foto digitalizada em: abr. 2024.

Legenda: Fotografia da capa da conferência "Elementos Básicos da nacionalidade brasileira – o Homem", preferida por José Honório Rodrigues na ESG no ano de 1964

Consultando o impresso da palestra de JHR (ver Figura 2), não se localizou dia e mês em que foi ministrada. Buscando essa informação em outras fontes, localizou-se no *Jornal do Brasil*, de 26 de maio de 1964, no setor "Lance livre", a notícia de que:

> Na semana que vem a Escola Superior de Guerra inicia uma série de conferências sobre Fatores Básicos da Nacionalidade Brasileira, com três trabalhos importantes. O Sr. Fábio Macedo Soares falará sobre os recursos brasileiros, o Professor José Honório Rodrigues sobre Comportamento da Liderança e do Povo na História do Brasil e o Sr. Tristão de Ataíde sobre As Instituições Políticas e Sociais (*Jornal do Brasil*, 1964).

A conferência ocorreu, seguindo a informação publicada, em junho. Outro dado interessante é que o texto da palestra, conforme publicado pela ESG, corresponde ao conteúdo do capítulo 1 de *Conciliação e reforma no Brasil* (Rodrigues, 1965), com prefácio subscrito em setembro de 1964. Estava-se, portanto, em pleno início do governo Castelo Branco e ainda em setembro corriam tempos de expectativas quanto ao retorno da normalidade, cogitando-se a realização de eleições presidenciais (uma das promessas de Castelo, eleito pela via indireta pelo Congresso Nacional). JHR conferenciou sobre o percurso na formação da nação, abordando, em esforço de síntese, o povoamento, a composição da população, e, com grande interesse, o comportamento político que pautou as lideranças do país da colônia até a república. São 27 páginas de um texto com tom de denúncia de direito negados ao povo e da persistência no atraso de nossas relações político-sociais. Não se sabe como esse conteúdo foi recepcionado pela assistência. Não se localizou áudio[5] para saber se foi lido integralmente ou se existiram cortes ou inserções no decorrer da fala. A apreciação que se segue observa o conteúdo textual da palestra, conforme publicado no impresso da ESG. O texto inicia analisando a colonização e os tipos humanos que povoaram o território que constituiria o Brasil. Nestas terras, afirma JHR, pensavam em amansar os indígenas convertendo-os em cristãos, procedendo ao método de dissolução cultural no lugar de submeter, de imediato, os habitantes a violência escancarada. Esse procedimento foi adotado para aqueles que não se mostrassem reticentes ao empreendimento. Aos resistentes e desobedientes não restaria tolerância, aplicando-se a violência crua contra quem resistisse ao dominador.

5 Há registros de que algumas das conferências proferidas eram gravadas, em audiovisual ou somente áudio. Quando da consulta ao acervo da ESG, esse material se encontrava em fase de processamento, não sendo apontado na listagem prévia alguma informação específica sobre palestras proferidas por JHR.

> E assim foi durante longo tempo. Uma desafeição geral contra a terra e a indiada dominava a gente portuguesa; um ódio incontido contra o gentio levava-a a praticar as maiores iniquidades, como as que praticaram Mem de Sá e Jerônimo de Albuquerque, ao mandarem colocar à boca de bombardas, feitos em pedaços, os índios que mataram cristãos (Rodrigues, 1964, p. 2).

No curso dessa história cruenta, constituíram-se os três tipos de colonizadores – tipologia que segue reflexões de Capistrano de Abreu em *Capítulos de História Colonial*, com quem JHR dialoga logo no início do texto. O primeiro tipo de colonizador "não reagia ao meio e tomava todos os hábitos dos brasis", seguindo ritos e adaptando-se a ponto de adotar o costume de consumir os vencidos: e justamente por isso não teria lugar na colônia, sendo visto como uma aberração; o segundo era "voluntarioso e indomável", a moda de João Ramalho, sendo o líder dominante em tempos de guerras e conquistas, sendo de uma feição que não poderia se perpetuar na liderança – mas que jamais desapareceu; e o terceiro será de um tipo que convivia bem com europeus e indígenas, tal qual Diogo Álvares, o Caramuru: é o "conciliador e transigente", e por isso prospera e "da sua sobrevivência resultam consequências permanentes na psicologia e no povo e da liderança brasileiras" (Rodrigues, 1964, p. 2-3). Nessa elaboração, não há interesse de JHR em definir o caráter brasileiro, concepção, aliás, da qual é crítico, adotando como referencial David Riesman, para quem o caráter era considerado um produto das formas sociais, fazendo constar, mais claramente, em *Aspirações Nacionais*, que "Não há um caráter brasileiro único, nem uma série de categorias com as quais possamos classificá-lo" (Rodrigues, 1963, p. 13). O que interessa para JHR, dialogando com a sociologia, é pensar o modelo comportamental adotado pelos dominadores, não o tomando, necessariamente, como absoluto ou infenso a contrastes.

Nas palavras dirigidas aos esguianos, JHR afirmou que os milhões de escravizados negros que aportaram na colônia não mudariam esse quadro tipológico. Entre divergências e desentendimentos, o segundo e terceiro tipos dominantes saíram fortalecidos diante de uma nova frente de batalha para impor sua cultura e métodos, de forma que "As várias insurreições de escravos negros durante o período colonial foram suprimidas com crueza e violência e mostraram, no sangue derramado, a inconcilização de senhores e escravos" (Rodrigues, 1964, p. 3). Usando os conceitos de conciliação e inconciliação, JHR delineou sua compreensão da gênese da formação da nacionalidade brasileira. A mestiçam racial e cultural, nada incomum ao português, atuava em favor de seu projeto colonizador. Assim, "Iniciado o desmoronamento da cultura indígena, desenraizado também o negro de sua cultura, aqueles dois tipos eram tidos [o indomável inconciliável e o conciliador] como modelos e imitados nos seus princípios políticos e sociais" (Rodrigues, 1964, p. 3).

A conduta desses dois modelos de gente à frente da conquista definira os rumos da nação em formação, ora traumatizada pela violência, ora experimentando a tolerância da elite – importava que não se ameaçassem privilégios. Como afirmou, "Os momentos cruentos e incruentos de nossa História dependem do triunfo de um ou outro tipo" (Rodrigues, 1964, p. 4). Do tipo violento, indomável, resultaria o esmagamento das nações que povoavam o Brasil antes da chegada dos portugueses. Já o momento criador, onde florescera alguma esperança para a gente pobre da colônia, JHR atribui como guia o tipo conciliar. Esses eram os tipos ou modelos comportamentais dos integrantes da minoria dirigente, alternando-se no mando a um povo constituído de vencidos livres e cativos, imigrantes pobres e mestiços de todas as cores, constituindo a reunião das gentes que formariam uma nova nação.

Reforçando suas considerações, JHR apresentou três conclusões, a título de reflexão, logo na largada do texto. Na primeira conclusão, concluiu que "os momentos históricos, de criação e trabalho, na frente interna, dependem da preponderância do elemento conciliador, dos Diogos Álvares, na composição da liderança" (Rodrigues, 1964, p. 7); na segunda, afirmou que a maioria do povo sempre foi vencida e "sempre viu desfeita sua esperança de melhoria, porque as concessões foram sempre mínimas" (Rodrigues, 1964, p. 7) face a uma minoria que não servia ao país (mas a Metrópole e a si mesma); e, na terceira conclusão, exaltou que as maiores construções foram fruto popular, enaltecendo, entre diversas considerações, a mestiçagem cultural que criava uma síntese nova, e dessa síntese teremos os povos que prosseguiram na expansão e garantia da integridade territorial. Crítico, pergunta o que fez a liderança colonial, para responder que "Não deu ao povo sequer os benefícios da saúde e da educação, o que levou Antônio Vieira a dizer: 'Não sei qual lhe faz maior mal ao Brasil, se a enfermidade, se as trevas" (Rodrigues, 1964, p. 7). Eram, como se autodefiniu em outras ocasiões (Albertti, 2021), palavras emanadas de um liberal radical.

Chegando ao primeiro terço da apresentação, JHR traçou o esquema necessário a compreensão da definição de uma história cruenta *versus* a versão incruenta. De louvável, afirmou que resultou de época uma síntese nova. No alvorecer da Independência, passados três séculos de colonização, o Brasil se fez menos europeu-ocidental do que se poderia pensar. Éramos fruto da síntese das antíteses, constituindo um povo singular "tupinizado", "africanizado", "orientalizado" e "ocidentalizado" (Rodrigues, 1964, p. 7). A unidade linguística, marcada pela vitória do idioma português se fez ao solapar a língua geral e os dialetos africanos, sem com isso ser negada influência no vocabulário nacional. Assim como se reuniram drogas e frutos do oriente e estilos arquitetônicos variados no Brasil, a cultura brasileira se fez de amálgamas. Com essa celebração, JHR não parece cerrar os olhos aos preconceitos e a conciliação amortecedora de transformações estruturais, como se depreende do texto, mas quer, ao que o material indica, louvar o novo tipo de gente que formou o Brasil. Não há lugar para aviltamento ou depreciação da cultura

e da massa humana que constituiu o povo brasileiro sendo nítida a valorização da mestiçagem. A respeito dos esforços de europeização por que passou o Brasil, quando da transposição da família real de Portugal para o Brasil em 1808, não comemora: "A imposição em massa de formas e métodos euro-ocidentais não podia deixar de dar maus resultados" (Rodrigues, 1964, p. 9). E mencionando José Bonifácio, patrono da sua turma, afirma que o Patriarca lutou contra isso, não querendo recorrer tão somente ao "figurino estrangeiro" na organização do Brasil independente, assim encarnando os "Diogos Álvares da Colônia no espírito conciliador com que quer integrar elementos novos à realidade brasileira" (Rodrigues, 1964, p. 9).

O texto segue na apresentação de uma síntese história. A história brasileira foi feita de choques entre a liderança e o povo, enfatizou. Sempre maltratada, a população não obteve o reconhecimento do seu valor sequer na luta pela Independência onde derramou sangue em episódios como a libertação da Bahia, alcançada em 2 de julho de 1823. No topo, seguiam-se conflitos e desavenças. Da abdicação de D. Pedro em 1831, temos as revoltas no Período Regencial (1831-1840) e o desejo de emancipação das províncias. Olhando o passado de lutas pela liberdade, sacou o exemplo de Frei Caneca ao pagar com a vida a ousadia de ter enfrentado o espírito inconciliável dominante que marcou o semicolonialismo brasileiro. Encarnando o tipo imoderado, Feijó foi um líder enérgico e autoritário, abrindo uma sucessão de crises que levaram ao derramamento de sangue. O império, sob D. Pedro II, lidou com essa herança de conflitos, contando com as lideranças de Honório Hermeto, o Visconde do Paraná, e de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, ambos adeptos do caminho da conciliação e da moderação. Nesse ponto, JHR faz questão de evidenciar que a mão conciliadora foi estendida as elites provinciais, reservando-se tratamento muito diverso aos insurgentes de estrato inferior. Assim foi feito no acordo que pôs fim a Farroupilha (1835-1845), que JHR reconhece como uma das maiores obras de Caxias, poupando o derramamento de sangue e trazendo ao seio da pátria os gaúchos rebeldes. Em contraste, o destino de tantos outros rebelados foi a morte, citando, entre outros episódios, a Balaiada (1838-1841) e a Cabanagem (1835-1840).

De mais esperançoso, JHR registra as tentativas de reformas políticas e o desejo do fim da escravidão. Tudo protelado num país onde a arte da conciliação pouco cedia ao extrato inferior da sociedade. Veio a Campanha da Tríplice Aliança (1864-1870), sacrificaram-se vidas e tomaram-se medidas impopulares, mas o imperador, louvou, não cedeu ao autoritarismo. O ilustrado D. Pedro II ofereceu liberdade de expressão de pensamento e de imprensa, terreno esse onde o republicanismo e o positivismo prosperaram. Disso, não resultou movimento para que realmente mudasse a sorte do Brasil. O que houve foi a queda de uma liderança que primava por defender as liberdades individuais e que, baseada no princípio da independência, evitou alianças externas embaraçosas, assim como não se acovardou diante de potências estrangeiras, alfinetava JHR. Veio a República e toda a oscilação que a marcou. Afastado Deodoro,

Floriano Peixoto, cognominado o Marechal de Ferro e consolidador da República, ficou conhecido na memória política como uma liderança intolerante. JHR ressalta que a repressão e os fuzilamentos abriram uma fase de vendetas desconhecidas no Império. Em outra passagem do texto, JHR reconhece os feitos do presidente em favor do desenvolvimento nacional, mas não esconde o lamento sobre esses tempos sombrios que deram mau exemplo e agitaram a classe militar. A conciliação será retomada em alguns momentos da República, praticada visando acomodar interesses e encerrar episódios de sublevação das elites estaduais. O desfecho das lutas sertanejas, com destaque para Canudos e o Contestado, deixavam claro que para os insubmissos do último andar era reservava a aniquilação.

Realizada a Revolução de 1930, Getúlio Vargas foi uma liderança ambivalente, oscilando entre conciliadora e inconciliável, expõe JHR. Na ditadura do Estado-Novo (1937-1945), buscou-se o fim do subdesenvolvimento e incorporou-se, sob a tutela do governo, o proletariado na cena política, reconhecendo que não somente nas elites e na classe média residiriam as forças para modernizar o país. O nacionalismo econômico embalou os feitos da Era Vargas – linha retomada no seu retorno ao poder em 1951. Era, entretanto, novamente a revolução nunca feita. Chegando ao final da exposição, JHR realça que sem a integração de todos os grupos sociais, especialmente trabalhadores urbanos e lavradores, "uma nação não possui unidade política" (Rodrigues, 1964, p. 26). Era um recado que considerava aqueles que ascenderam ao poder em abril de 1964? Não se pode refutar essa possibilidade. O que se tem claramente é uma mensagem oriunda de um intérprete do Brasil, que louva que o Brasil preservou a unidade política dos entes da federação, assegurando a integridade territorial. Faltava, entretanto, integrar a população a essa unidade política, o que seria feito superando o atraso social e político, infere-se. Nos últimos momentos, dirige um recado final à assistência.

> As Forças Armadas e o Serviço Público são as forças mais integrativas, pela sua lealdade e pelos seus deveres nacionais; mas não bastam, porque uma nação é um somatório muito complexo de grupo e interesses os mais variados e a tarefa de modernizá-la exige os esforços e a lealdade de todos (Rodrigues, 1964, p. 26).

A apresentação de *Elementos básicos da nacionalidade* foi um verdadeiro aperitivo do lançamento do seu livro *Conciliação e reforma no Brasil* (1965). E será na abertura da primeira edição que JHR destinou mensagens mais claras dirigidas àqueles que ocupavam a máquina estatal. O autor escreve em tom de reprovação, condenando a ausência de reformas de estrutura no curso do "Movimento de Abril" de 1964, sendo enfático que "Até agora [o prefácio é de setembro de 1964] já se passaram mais de 150 dias e o governo mais puniu do que construiu" (Rodrigues, 1982, p. 151). JHR se despediu da ESG justamente na conferência de 1964. Ficaria, como expressou em entrevista, "congelado" por décadas (Rodrigues, 1985, p. 131).

Cerca de duas décadas depois, no prefácio da segunda edição de *Conciliação e reforma*, lançada em 1982, retornou ao assunto da conferência e será mais contundente e explícito, manifestando, entre outras considerações, que "Em 1964 houve a inconciliação e a imoderação da cúpula militar que dominou o Poder e tutelou a nação" (Rodrigues, 1982, p. 14). O ambiente político, desanuviado com a Anistia de 1979, era outro, certamente, mas é preciso ressaltar que não há registro de JHR ter sofrido quaisquer perseguições, ao menos explícitas, por expressar suas análises do contexto brasileiro. Sabe-se que seguiu produtivo, lançando livros e escrevendo para jornais, quando não solicitando audiências com autoridades para tratar de temas como a liberação do acesso a acervos históricos sob a guarda de órgãos públicos. Nesse sentido, faz-se necessário considerar que, como intelectual, nunca deixou de condenar todo regime de exceção, fosse a ditadura do proletariado, dizia em entrevista, ou o governo que chamou de "generalismo" (Rodrigues, 1985, p. 145) ao se referir ao período 1964-1985. Era um democrata, não tinha gosto pela ação partidária e nunca deixou de reconhecer certa admiração pela história política estadunidense, referindo-se, em especial, a ruptura com o passado colonial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

JHR nunca negou que na ESG encontrou o ambiente aberto e estimulante que o lançou a pensar os problemas nacionais. Mas não passou disso, preservando uma postura independente. Crítico sempre, ácido em alguns momentos, expressou suas ideias em obras e conferências, sendo dado a embates de natureza intelectual ou em defesa de seus pontos de vista administrativos – especialmente quando esteve à frente do AN. E assim, fez amizades e desafetos (Iglésias, 1988). Retornou à ESG nos anos 1980. A edição n.º 12 da Revista da ESG, alusiva ao aniversário de 40 anos da instituição, publicou em 1989 artigo de JHR datado de 1985, tratando-se de texto que retoma o tema que abordou em 1964.[6]

Ao longo da sua trajetória, como esclarece o conteúdo da sua obra, JHR permaneceu ligado ao pensamento liberal de conotação anglo-americana, mas expressou independência e forte sentimento nacional como evidenciou em *Aspirações nacionais*. Liberal, era marcadamente progressista na sua visão de construção de um Brasil moderno em termos sociais e políticos. Como historiador, o seu combate se deu no campo da luta das ideias, opondo-se enfaticamente ao conservadorismo dos líderes nacionais que se afastavam de atender as aspirações de um povo ávido por melhoria de vida. Defendia a necessidade de autoafirmação e valorização da nossa nacionalidade. Na promoção da união entre minorias e maiorias, JHR percebia o único caminho que levaria ao progresso nacional.

Na ESG, JHR experienciou as divisões políticas dos anos 1960, momento de ruptura entre aqueles que propunham rumos diversos para o país. Era a desunião.

6 Disponível em: https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/view/133.

Isso o marcou profundamente, mas não o fez repudiar sua herança relacional e nem o lançou às fileiras da oposição política, em termos partidários, ao governo. Sempre que perguntado sobre a sua experiência na ESG, recordava entusiasticamente os tempos em que experimentou um espaço aberto a pensamentos e tendências políticas diversas. Foi no Instituto que despertou para a relevância do debate de questões atuais, passando a dispor da História para interpretar e pensar a transformação do Brasil. Como afirmou Albertti (2012, p. 63), foi a partir dessa experiência pessoal que se tornou um "historiador presente", produtor de uma "história viva", e assim prosseguiu até o final da vida, expressando amor e admiração pelo Brasil.

REFERÊNCIAS

ALBERTTI, Luiz, Antonio. *Teoricamente relevante*: José Honório Rodrigues e seus lugares na história da historiografia brasileira. 2021.Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, 2021.

ALMEIDA, Nelson Henrique Bonança de et al. (org.) *Almanaque dos Diplomados da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra; São Paulo: Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra; 1999.

ALVES JÚNIOR, Paulo. *Um intelectual na trincheira*: José Honório Rodrigues, intérprete do Brasil. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2010.

ARRUDA, Antônio de. *ESG*: história de sua doutrina. 2.ed. São Paulo: GRD; Brasília: INL, 1983.

CAMARGO, Aspásia; GÓES, Walder. *Meio século de combate*: diálogo com Cordeiro de Farias. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

ESG. [*Arquivo da Escola Superior de Guerra*]. Rio de Janeiro: ESG, 2024.

FERRAZ, Carlos Alves. *À Sombra dos carvalhos*: a Escola Superior de Guerra e a política no Brasil (1948-1955). Londrina-PR: Editora UEL, 1997.

FREIXO, André de Lemos. Um "arquiteto" da historiografia brasileira: história e historiadores em José Honório Rodrigues. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 31, n. 62, p. 143-172, 2011.

FREIXO, André Lemos. *A arquitetura do novo*: ciência e história da História do Brasil em José Honório Rodrigues. 2012. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2012.

FREIXO, André Lemos. José Honório Rodrigues (1913-1987). *In:* PARADA, Maurício; RODRIGUES, Henrique Estrada. (org.) *Os historiadores*: clássicos da história do Brasil - Petrópolis: Vozes, 2018. (Dos Primeiros Relatos a José Honório Rodrigues, v. 4).

IGLÉSIAS, Francisco. José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, p. 55-78, 1988.

JORNAL DO BRASIL. ["*Lance livre"*]. Rio de Janeiro, 26 de maio de 1964.

LIMA FILHO, Sebastião André Alves de. *O que a Escola Superior de Guerra (ESG) ensinava*. 2011. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

MENDONÇA, André Furtado. *Das fortunas críticas e apropriações ou Sérgio Buarque de Holanda, historiador desterrado*. 2018. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

RODRIGUES, José Honório. *As fontes da história do Brasil na Europa*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1950. Disponível em: https://cuislandora.wrlc.org/islandora/object/lima%3A25173. Acesso em: 06 maio 2024.

RODRIGUES, José Honório. *Aspirações nacionais*: interpretação histórico-política. São Paulo: Editora Fulgor, 1963.

RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e Reforma no Brasil*. Editora Civilização Brasileira, 1965.

RODRIGUES, José Honório. *Elementos básicos da nacionalidade brasileira – o Homem*. Rio de Janeiro, Escola Superior de Guerra, conferência, 1964. [C1-34-64].

RODRIGUES, José Honório. *História Viva.* São Paulo: Global, 1985.

RODRIGUES, José Honório. *Tempo e Sociedade*. Petrópolis, Vozes, 1986.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

Recebido em: 30 abr. 2024.
Aceito em: 12 jun. 2024.